

Cartagena mantém apoio aos países que estão renegociando suas dívidas

BETH CATALDO
Enviada especial

SÃO DOMINGOS, REPUBLICA DOMINICANA — A leitura do primeiro comunicado do Grupo de Cartagena, formado em junho de 1984, no calor de uma crise econômica sem precedentes na América Latina, não deixa dúvidas sobre a incorporação de importantes reivindicações que acabaram desaguando, em parte, nos processos de renegociação dos débitos externos conduzidos recentemente pelo México, Brasil, Venezuela e Argentina. São processos semelhantes e que tiveram repercussão decisiva na terceira reunião do Grupo, encerrada anteontem, aqui, na medida em que esses países representam, juntos, 76,6 por cento da dívida externa total da América Latina, que atingiu, ao final de 1984, US\$ 360 bilhões.

A Argentina, entretanto, apesar de ter acertado com os bancos credores privados internacionais taxas de risco (spread) muito próximas aos níveis médios de 1,125 por cento obtidos tanto por México, como Venezuela e Brasil, constituiu-se um caso à parte. O seu processo de renegociação contemplou, em primeiro lugar, a concessão de um empréstimo da ordem de US\$ 3,7 bilhões por parte dos bancos privados para este ano, a ser desembolsado por etapas na medida do cumprimento das metas de desempenho econômico estabelecidas pelo governo argentino junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

México, Brasil e Venezuela assecuraram junto aos bancos credores um processo de reescalonamento de seus débitos em prazos de pagamento e de carência que variam de acordo com o perfil de sua dívida externa. Significa que o período abrangido pela renegociação levou em consideração os intervalos de maior concentração das amortizações devidas por estes ses, que foram diluídas em períodos mais amplos, delineando uma curva mais suave para o perfil do endividamento.

A DÍVIDA DE CADA PAÍS

